

» Entrevista | RICARDO CAPPELLI | PRESIDENTE DA ABDI

Pré-candidato ao GDF pelo PSB afirma que tem dialogado com diversos atores políticos da cena local. E diz que o bolsonarismo pode preterir nomes da direita

“Nosso desafio é olhar para a Brasília real”

» POR JULIANA SOUSA*

O presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, ficou conhecido nacionalmente no início do ano passado, quando foi nomeado interventor do Distrito Federal, após os atos antidemocráticos do 8 de janeiro. Ele era secretário executivo do Ministério da Justiça e foi encarregado, pelo então ministro Flávio Dino, de cumprir a missão de elucidar o episódio. Em entrevista aos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, Cappelli disse que ainda é cedo para falar na corrida eleitoral de 2026, mas se disse “honrado” por ter seu nome indicado para concorrer ao governo do DF pelo PSB. Ele se colocou contrário ao movimento pela anistia aos vândalos que destruíram os prédios dos Três Poderes e se solidarizou com os militares feridos durante o atentado.

Confira os principais pontos da entrevista:

Vamos para a principal questão: É ou não é pré-candidato ao GDF?

Está muito longe ainda, né? As eleições são apenas em 2026, mas é sempre uma honra a lembrança e o estímulo do partido. Não só do partido, de pessoas que a gente encontra na rua, que incentivam para que a gente participe do processo eleitoral aqui no Distrito Federal. Eu estou aqui no DF desde 2003, são 21 anos morando aqui, já tenho uma filha nascida e criada aqui e acabei, em função de uma conjuntura inesperada, um fato histórico muito marcante e forte, criando uma relação muito forte com Brasília, que foi a intervenção federal do dia 8. Quem está nessa vida pública, quer dizer, trabalhando como gestor, sempre tem no rol de possibilidades a disputa pelo voto.

Está confiante?

Fico feliz e honrado com a lembrança, sempre sou recebido com muito carinho em todos os lugares onde vou, principalmente relacionados à questão da atuação durante a intervenção (federal na segurança do DF, em janeiro de 2023). Mas tem esse tempo ainda. Até 2026, tem muita coisa para acontecer. Mas eu estou bastante animado de poder participar desse processo e acho que a gente tem um grande desafio aqui no Distrito Federal para construir uma base para o presidente Lula. A gente teve uma eleição muito dura em 2022 e acredito que não será diferente em 2026.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O que aconteceu não foi um passeio no parque. Não pode. O patrimônio que foi depredado, além, claro, de ser um ataque às instituições”

A campanha de 2026 promete ser muito desafiadora no Distrito Federal. Como as conversas desses desafios se encaminham no campo da esquerda?

Eu não me oriento nem me referencio por essa dualidade de esquerda e direita. A gente tem conversado com vários atores políticos aqui do Distrito Federal, tanto por parte da esquerda quanto por parte da direita. São conversas preliminares de alguns campos, mas muita coisa vai acontecer até lá.

O que o senhor imagina que vá acontecer?

Um exemplo é que a Celina (Leão), a princípio, se apresenta como candidata do campo bolsonarista, mas a Damares (Alves) vai ser candidata ao governo? Tudo indica que a Michelle Bolsonaro tem a tendência de ser candidata ao Senado, o governador Ibaneis disse que quer ser candidato junto com a Michelle na chapa. Fica uma pergunta na minha cabeça: se o Bolsonaro pode tentar eleger os dois senadores aqui do Distrito Federal, por que ele vai apoiar a eleição do Ibaneis, que jamais seria um senador bolsonarista raiz? Acredito que tem outros nomes, mais ligados ao bolsonarismo, que devem reivindicar essa vaga.

Esse raciocínio se estende à corrida ao Burití?

A Celina não tem uma história de bolsonarismo raiz. Por que o Bolsonaro vai apoiá-la? Acho que vai ter muita contradição nisso aqui. Eu vejo o que aconteceu com a candidata a senadora Flávia Arruda, que foi atropelada por uma bolsonarista raiz. Eu acho que isso pode se repetir em 2026, acho que tem muito candidato “Flávia Arruda” na eleição de 2026.

Há, no Congresso, um movimento a favor da anistia dos presos políticos de 8 de janeiro. Como ex-interventor, qual o seu sentimento sobre isso?

Eu sou totalmente contra. As pessoas não sabem que, no Capitólio, durante a invasão do Congresso norte-americano, nos Estados Unidos, morreram seis pessoas. Aqui, por muito pouco, não morreu ninguém, mas foi por um detalhe que não morreu. A soldado da polícia militar, soldado Marcela do instituto federal, foi machucada. Eles deram uma barra de ferro na cabeça dela, racharam o capacete dela, um capacete que pesa quase 4 kg eles racharam com a barra de ferro. Ela foi salva por um sargento no ato de bravura. Eu dou total confiança e apoio na condução do ministro Alexandre de Moraes em todos esses processos. O que aconteceu

não foi um passeio no parque. Não pode. O patrimônio que foi depredado, além, claro, de ser um ataque às instituições. Quem pagou aquilo? Fomos nós, a população. Porque depois quebram tudo, quebram os vidros, atacam as instruções e a gente trata como ‘Ah o pessoal estava brincando’. Isso não é brincadeira. O ministro Alexandre de Moraes tem sido muito firme e acho necessário ser firme e duro para que nunca mais se repita.

Qual sua relação com Brasília? Como você vê a cidade?

“Eu acho que uma parte grande do campo democrático acha que Brasília começa na Asa Sul e acaba no Noroeste. Brasília não é isso. Quer dizer, a maior parte das pessoas que trabalham em Brasília não moram aqui, estão lá em Ceilândia, estão em Taguatinga, estão no Sol Nascente, no Riacho Fundo 2, em Samambaia, em Sobradinho. Essa é a Brasília real e muitas vezes a impressão que eu tenho é que isso é um desafio. A gente discute muito a questão da conservação, do plano urbanístico original do Plano Piloto, só que Brasília hoje tem mais de 3 milhões de habitantes, quantos deles estão no plano? Nosso desafio é olhar para Brasília real. Nós temos que tornar Brasília inteira patrimônio da humanidade e não só um pedaço.

PROPAGANDA ELEITORAL

TSE recebe 1,2 mil denúncias por dia

» LUANA PATRIOLINO

Faltando menos de um mês para as eleições municipais de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou que tem recebido uma média superior a 1,2 mil denúncias por dia sobre propaganda irregular na campanha, por meio do aplicativo Pardal Móvel. Em 28 dias de funcionamento, houve 34,2 mil notificações do tipo na plataforma. Os números se referem ao mais recente levantamento da Corte, com base em dados coletados até a noite da última quarta-feira. Segundo a Justiça Eleitoral, a maior parte se refere a campanhas para vereadores. São Paulo é o estado com maior número de irregularidades, com 6.702 avisos. Em seguida, aparecem Minas Gerais e

Rio Grande do Sul, com 4.145 e 3.453, respectivamente.

Por outro lado, as unidades da Federação que menos registraram relatos foram Roraima (23), Amapá (48) e Tocantins (98). Quanto ao tipo de irregularidade, 11% dos relatos dizem respeito a propagandas na internet e 89% a outras formas de propaganda geral nas ruas.

As denúncias relacionadas às candidaturas e ao contexto local da disputa são encaminhadas ao juízo eleitoral competente, para exercer o poder de polícia eleitoral, conforme estabelece uma portaria do TSE.

A corrida eleitoral teve início, oficialmente, em 16 de agosto. O aplicativo Pardal Móvel, criado desde de 2012, é um canal de denúncias que ajuda a fiscalizar o cumprimento das normas

34,2 MIL

É o número de denúncias recebidas no aplicativo Pardal Móvel desde que a propaganda eleitoral teve início, há 28 dias

eleitorais em todos os 5.565 municípios do país.

Aplicativo

Para um usuário registrar uma denúncia no aplicativo, é necessário evidência comprobatória como foto, vídeo ou áudio. Segundo o TSE, todas as queixas registradas são encaminhadas a um juiz eleitoral. O eleitor, após fazer

a denúncia, pode acompanhar o andamento no site do Pardal Web com o número do protocolo.

Todos podem fazer uma denúncia pelo aplicativo. Entre as ações que são consideradas propaganda irregular, está a veiculação de propaganda que difunda preconceitos de origem, cor, etnia, raça, orientação sexual, gênero e outros. São proibidos, também, atos de divulgação que perturbem o sossego público como abuso de instrumento sonoros, além da propagação de ideais antidemocráticos.

Se a acusação estiver relacionada a casos de desinformação, o denunciado será direcionado para o Sistema de Alerta de Desinformação Eleitoral (Siade) e, se o assunto tratar de crime ou ilícito eleitoral, para o Ministério Público Eleitoral.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Recuperação de Nunes deixa Boulos em segundo

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), que pleiteia sua recondução ao cargo, voltou a liderar a disputa eleitoral em São Paulo, com 27%, segundo a pesquisa DataFolha divulgada ontem. Guilherme Boulos (PSOL), com 25%, está em empate técnico. A outra novidade da pesquisa é o recuo de Pablo Marçal (PRTB), que está com 19%. Pesaram na recuperação de Nunes a propaganda gratuita de rádio e televisão, a entrada na campanha do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e do pastor Silas Malafaia, além dos esforços do ex-presidente Jair Bolsonaro para que seus eleitores apoiem o prefeito, em vez de Marçal.

Duas semanas de horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, que continua sendo um fator decisivo nas eleições, influenciaram esses resultados, apesar da força das redes sociais. Todos os marqueteiros agora procuram combinar as duas mídias na campanha eleitoral, o que de certa forma refreou a ascensão eleitoral de Marçal. O influenciador conta com milhões de seguidores nas redes, mas tem pouco tempo de tevê e rádio e perdeu a força do X, cujo acesso foi proibido no Brasil. Nunes tem 65% do tempo disponível na propaganda gratuita, devido à ampla coalizão de partidos que o apoiam.

Nunes estava em terceiro na disputa, com 19%, enquanto Boulos tinha 23% e Marçal, 21%. Na semana passada, o DataFolha já havia detectado a recuperação de Nunes (22%), empatado com Marçal (22%). Boulos, com 23%, ainda estava ligeiramente à frente de ambos. Era uma situação de triplice empate técnico. Tabata Amaral (PSB) oscilou de 9% para 8%; José Luiz Datena (PSDB), de 7% para 6%. No terceiro pelotão, estão Marina Helena (Novo), com 3%, além de Beto Haddad (DC) e Ricardo Senese (UP), com 1%. Os demais não pontuaram. Declararam voto nulo 7%; os indecisos são 4%.

A eleição de São Paulo, a cidade mais importante do país, está no radar dos políticos, analistas e da opinião pública de todo o país. A emergência do influenciador e coach Pedro Marçal, com uma narrativa agressiva e de extrema direita, desperdiçou muita atenção nacional. De certa forma, as eleições em capitais estratégicas para a política nacional, como Rio de Janeiro, com a liderança absoluta do prefeito Eduardo Paes, e Recife (PE), onde o prefeito João Campos tem liderança mais folgada ainda, faz com que a capital paulista tenha as eleições mais “nacionalizadas”.

A disputa é vista como um laboratório das tendências que se apresentarão nas eleições de 2026, principalmente para presidente da República. Pesquisas mostram que a polarização esquerda versus direita, que seria protagonizada por petistas e a extrema-direita, está muito mitigada na maioria das grandes cidades. Em onze capitais, a eleição deve se decidir no primeiro turno. São favoritos os seguintes candidatos: Boa Vista (RR), Arthur H (MDB); João Pessoa (PB), Cícero Lucena (PP); Macapá (AP). Dr. Furlan (MDB); Maceió (AL), JHC (PP); Palmas (TO), Janad Valcari (PL); Recife (PE), João Campos (PSB); Rio (RJ); Salvador (BA), Bruno Reis (União); São Luís (MA), Eduardo Braid (PSD); Teresina (PI), Fábio Novo (PT); e Vitória (ES), Lorenzo Pasolini (Republicanos).

Laboratório eleitoral

Mesmo assim, São Paulo continua sendo o grande laboratório. Na pesquisa espontânea, Nunes oscilou para cima, de 10% para 14%. Boulos segue à frente, passou de 19% para 20%, e Marçal empacou: em 14%, ante eram 15%. Pode-se dizer que são as parcelas de eleitores mais definidos política e ideologicamente. São os candidatos de esquerda, de centro direita e de extrema-direita de maior densidade eleitoral, respectivamente.

O fenômeno mais interessante é o descolamento de grande parcela dos eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro do que o candidato que ele apoia, Ricardo Nunes, exatamente por ser um político centrista. O que isso pode significar para as eleições de 2026, com Bolsonaro inegável, independentemente de quem ganhar a eleição? Essa é a pergunta em todas as cabeças.

Do ponto de vista social, também há coisas interessantes: Nunes é o preferido dos mais pobres (34%), muito provavelmente por causa das realizações de sua gestão e do peso da máquina administrativa que comanda: 31% dos eleitores consideram a sua gestão boa ou ótima e 45% regular, o que também reflete a propaganda eleitoral de rádio e televisão. Essa parcela da população costuma ser protagonista do imponderável nas eleições. Nesse universo, Boulos tem 21% e Marçal, 13%. Isso também explica a vantagem de Nunes nas simulações de segundo turno.

Boulos ainda tem esperança de avançar na base eleitoral do presidente Lula, pois só alcançou 48% desses eleitores até agora. Espera-se que isso ocorra caso Lula entre para valer na sua campanha. Nunes, porém, recuperou uma parcela dos eleitores de Bolsonaro (39%), enquanto Marçal mantém 39%. Com a eleição embolada, a pesquisa aponta um segundo turno Nunes versus Boulos, com vantagem para o primeiro, mas Marçal não morreu.

Fora da Vale

A propósito da nota intitulada Controle da Vale, publicada ontem, sobre a disputa de bastidores pelo controle do departamento jurídico da empresa, os advogados Luís Fernando Franceschini e Marcos Oliveira esclarecem que “não têm nenhum envolvimento direto com a Vale e tampouco influem em postos na administração da corporação.”